

# SUMÁRIO



**MP - AL**

*500 Questões Gabaritadas  
Analista do Ministério Público – Área Jurídica*

## LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	59

## DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	23

## DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	22

## DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	21

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	22

## DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	19

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO .....	21

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	23

# SUMÁRIO

**1. (FCC - 2025)**

Considere o poema de José Miguel Wisnik para responder à questão abaixo.

O anel que tu me deste  
Não guardei nem esqueci  
Ele nunca se quebrou  
Fui eu que me perdi  
O anel que tu me lembras  
Meu escuro escondeu  
Ele nunca se partiu  
Quem partiu de si fui eu  
Eu ainda não sabia  
Que existia o puro dom  
Que era feito de verdade  
Desapego e solidão  
Tudo então que nos unia  
Numa voz e uma canção  
Nele brilha solitário  
Diamante escuridão  
Sob a luz estroboscópica  
Do agito de um salão  
Que ainda dança a nossa volta  
Com as décadas que se vão  
Retiraste de teu dedo  
Sem nenhuma hesitação  
e o puseste com cuidado  
Na palma da minha mão  
Era a luz alucinada  
De um estranho festival  
Nada ali anunciava  
O teu gesto e o cristal  
O amor que tu me tinhas  
Não tem nome nem lugar  
Luz que vem da mesma liga  
Do anel a nos ligar



### 1. (FCC - 2025)

Considere o seguinte trecho de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferido em sede de processo envolvendo pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro:

*A essencialidade da cooperação internacional na repressão penal aos delitos comuns não exonera o Estado brasileiro - e, em particular, o STF - de velar pelo respeito aos direitos fundamentais do súdito estrangeiro que venha a sofrer, em nosso país, processo extra-dicional instaurado por iniciativa de qualquer Estado estrangeiro. ( . . . ) [O STF não pode nem deve revelar indiferença diante de transgressões ao regime das garantias processuais fundamentais. É que o Estado brasileiro - que deve obediência irrestrita à própria Constituição que lhe rege a vida institucional - assumiu, nos termos desse mesmo estatuto político, o gravíssimo dever de sempre conferir prevalência aos direitos humanos[...].*

O dever assumido pelo Estado brasileiro a que se refere o acórdão é consagrado na Constituição Federal vigente como um

- (A) direito fundamental, garantido a brasileiros e estrangeiros residentes no país.
- (B) objetivo da República Federativa do Brasil.
- (C) fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) princípio da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União.

### 2. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
- (B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
- (C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
- (D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
- (E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

### 3. (FCC - 2025)

Joaquim, estudante, ficou sabendo que o Brasil deseja ratificar um importante Tratado Internacional sobre Direitos Humanos e descobriu que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, referido tratado

- (A) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado por maioria simples, em turno único, em apenas uma das Casas do Congresso Nacional, em razão da importância dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) não poderá ser equivalente às emendas constitucionais, independentemente de qualquer aprovação pelo Congresso Nacional, por expressa vedação constitucional.



### 1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*Direito Administrativo*, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

### 2. (FCC - 2022)

Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,

- (A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.
- (B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.
- (C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.
- (D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.
- (E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.

### 3. (FCC - 2022)

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correição, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

- (A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.
- (B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.
- (C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.
- (D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.
- (E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constate o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.



### 1. (FCC - 2023)

A intervenção estatal consistente na repressão penal apenas se justifica se houver lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado, de acordo com o princípio da

- (A) Insignificância.
- (B) humanidade
- (C) legalidade.
- (D) ofensividade.
- (E) adequação social.

### 2. (FCC - 2025)

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- (A) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- (B) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.
- (C) Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.
- (D) O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.
- (E) De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.

### 3. (FCC - 2022)

O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
- III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
- IV. impede que o resultado se produza.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.



### 1. (FCC - 2025)

Inconformada com a decisão que indeferiu seu pedido de progressão de regime prisional a João, a defesa do sentenciado apresentou recurso para a instância superior, argumentando o seguinte: “Constata-se da decisão a ausência de qualquer análise acerca das condições e requisitos preenchidos pelo postulante para a progressão pretendida, apenas mencionando a decisão acerca da impossibilidade, por ora, de se atender ao pleito, sem tecer uma linha sequer da situação específica do requerente”.

Nota-se, pois, que a alegação da defesa se baseia em eventual descumprimento pelo magistrado do princípio do direito processual penal

- (A) do livre convencimento motivado.
- (B) da verdade real.
- (C) do juiz natural.
- (D) da publicidade.
- (E) do duplo grau de jurisdição.

### 2. (FCC - 2025)

Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

**I.** O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

**II.** O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.

**III.** A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

**IV.** O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta **correto** o que se afirma **APENAS** em:

- (A) **I e III.**
- (B) **I, II e IV.**
- (C) **I e II.**
- (D) **II e IV.**
- (E) **I e IV.**

**1. (FCC - 2022)**

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

- (A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
- (B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
- (C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
- (E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

**2. (FCC - 2025)**

O Código Civil estabelece que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, elencando em seguida as entidades dotadas de personalidade jurídica. De acordo com esse mesmo diploma legal, os chamados “empreendimentos de economia solidária”

- (A) não são pessoas jurídicas.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) são pessoas jurídicas de direito público externo.
- (E) são pessoas jurídicas de direito público e privado.

**3. (FCC - 2022)**

De acordo com o artigo 44 do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado as

- (A) sociedades, as autarquias e as fundações.
- (B) associações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- (C) fundações, as sociedades e as agências reguladoras.
- (D) empresas individuais com responsabilidade limitada, a União e os partidos políticos.
- (E) organizações religiosas, os Municípios e as associações.

**4. (FCC - 2022)**

Quanto às pessoas jurídicas:

- (A) São livres a criação, organização, estrutura interna e funcionamento das organizações religiosas, podendo porém o Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos se contrários à moral, aos bons costumes e ao consenso social.
- (B) São de direito privado, entre outras, as associações, as sociedades, as fundações e as autarquias, excluídas as associações públicas.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

**1. (FCC - 2024)**

De acordo com o Código de Processo Civil, o Juiz conhecerá de ofício da

- (A) incompetência relativa, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- (B) incompetência absoluta, extinguindo o processo sem resolução de mérito.
- (C) convenção de arbitragem, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- (D) litispendência, determinando a reunião dos processos no Juízo que houver despachado em primeiro lugar.
- (E) incompetência absoluta, determinando a remessa dos autos ao juízo competente.

**2. (FCC - 2023)**

De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é

- (A) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
- (B) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- (C) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- (D) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
- (E) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.

**3. (FCC - 2025)**

Contra a decisão que indefere requerimento de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural caberá

- (A) em qualquer caso recurso de apelação, que não suspenderá o andamento do processo.
- (B) em qualquer caso recurso de apelação, ficando o recorrente dispensado do recolhimento de custas relativas ao recurso até decisão do relator sobre a questão.
- (C) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, cabendo ao recorrente desde logo recolher as custas relativas ao recurso, já que este não tem efeito suspensivo automático (*ex lege*).
- (D) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, mas, se desprovido o recurso ao final, a parte recorrente recolherá as custas não pagas, em dobro.
- (E) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, ficando o recorrente dispensado do recolhimento de custas relativas ao recurso até decisão do relator sobre a questão.



### 1. (FCC - 2024)

O Estado X pretende realizar parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, com as seguintes características:

-Concessão patrocinada, tendo por objeto a instalação de postos descentralizados de controle de poluição veicular, abrangendo o fornecimento dos equipamentos necessários ao programa e a prestação dos serviços de inspeção e verificação de conformidade dos veículos automotores.

-Prazo de prestação do serviço: 3 anos.

-Valor do contrato: R\$ 15 milhões.

-Garantia para o parceiro privado: vinculação de receitas estaduais referentes ao recebimento de royalties da produção de petróleo e gás natural.

-Contraprestação pecuniária do parceiro público no valor de R\$ 5 milhões.

Em vista dessas características, é correto concluir que o contrato cogitado é inválido, pois

- (A) a garantia contratual é juridicamente vedada.
- (B) o valor contratual é inferior ao limite mínimo legal.
- (C) a contraprestação pecuniária é superior ao limite máximo legal.
- (D) o prazo contratual é inferior ao limite mínimo legal.
- (E) a atividade concedida é indelegável.

### 2. (FCC - 2024)

A celebração de um contrato de parceria público-privada compreende

(A) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada, além de contraprestação pelo Poder Público, a exemplo de repasse de recursos financeiros ou cessão de créditos não tributários.

(B) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão administrativa, além de contraprestação pelo Poder Público por meio de repasse de recursos financeiros e de outros meios, como cessão de créditos não tributários.

(C) contraprestação pelo Poder Público, apenas por meio de pagamento com recursos financeiros, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada.

(D) contraprestação pelo Poder Público, por meio de outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais.

(E) cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais, além de admitir pagamento de contraprestação pelo Poder Público.